



O COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA: UMA ANÁLISE BASEADA NO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

THE COOPERATIVISM AS A STRATEGY FOR STRENGTHENING FAMILY AGRICULTURE IN BAHIA: AN ANALYSIS BASED ON THE AGRICULTURAL CENSUS 2017

EL COOPERATIVISMO COMO ESTRATEGIA PARA EL FORTALECIMIENTO DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN BAHIA: UN ANÁLISIS BASADO EN EL CENSO AGRÍCOLA 2017

Eliene Gomes dos Anjos¹
Ana Georgina Peixoto Rocha²
Daciane de Oliveira Silva³

RESUMO

O avanço do cooperativismo da agricultura familiar tem sido considerado uma estratégia para o fortalecimento dessa categoria, com efeitos positivos nos territórios rurais. Essa expansão apresenta dinâmicas diferentes, refletindo contextos específicos da realidade brasileira e de sua agricultura familiar. Esse artigo objetiva discutir as condições socioeconômicas dos agricultores familiares da Bahia, com foco nos estabelecimentos agropecuários familiares inseridos em cooperativas. Busca-se dimensionar o papel que o cooperativismo tem desempenhado no fortalecimento da agricultura familiar no estado. A metodologia foi baseada nos dados do Censo Agropecuário 2017, na base de dados Sidra, a partir da escolha de variáveis selecionadas agregadas nas seguintes informações: características dos estabelecimentos agropecuários e dos produtores, da movimentação financeira e pessoal ocupado. Os resultados apontam que a inserção em cooperativas contribui, em certa medida, para alterar aspectos produtivos/comerciais e socioeconômicos dos agricultores familiares cooperados da Bahia, com uma maior produção direcionada para a comercialização, importância da renda obtida nos estabelecimentos e mais assistência técnica. Como conclusão, apontam-se avanços, mas, também, a persistência da vulnerabilidade social de grande parte da agricultura familiar.

Palavras-chave: Cooperativas. Agricultores familiares. Desenvolvimento territorial.

¹Doutora em Ciências Sociais. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Cruz das Almas. Bahia. Brasil. E-mail: elieneanjos@ufrb.edu.br. ORCID: 0000-0002-2751-4736.

²Doutora em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Cruz das Almas. Bahia. Brasil. E-mail: anageorgina@ufrb.edu.br. ORCID: 0000-0002-9867-1421.

³Doutoranda em Administração. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Cruz das Almas. Bahia. Brasil. E-mail: dacianecoliveira@ufrb.edu.br. ORCID: 0000-0001-6919-7479.

ABSTRACT

The advance of family farming cooperativism has been considered a strategy to strengthen this category, with positive effects on rural territories. This expansion presents different dynamics, reflecting specific contexts of the Brazilian reality and its family farming. This article aims to discuss the socioeconomic conditions of family farmers in Bahia, focusing on family farming establishments inserted in cooperatives. It seeks to measure the role that cooperativism has played in strengthening family farming in the state. The methodology was based on data from the 2017 Agricultural Census, in the Sidra database, from the choice of selected variables aggregated in the following information: characteristics of agricultural establishments and producers, financial transactions and employed personnel. The results indicate that the insertion in cooperatives contributes, to a certain extent, to change productive/commercial and socioeconomic aspects of cooperative family farmers in Bahia, with greater production directed to commercialization, importance of income obtained in establishments and more technical assistance. In conclusion, advances are pointed out, but also the persistence of social vulnerability of a large part of family farming.

Keywords: Cooperatives. Family farmers. Territorial development.

RESUMEN

El avance del cooperativismo de la agricultura familiar ha sido considerado una estrategia para fortalecer este rubro, con efectos positivos en los territorios rurales. Esta expansión presenta dinámicas diferentes, reflejando contextos específicos de la realidad brasileña y de su agricultura familiar. Este artículo tiene como objetivo discutir las condiciones socioeconómicas de los agricultores familiares de Bahia, centrándose en los establecimientos de agricultura familiar insertos en cooperativas. Se busca medir el papel que ha jugado el cooperativismo en el fortalecimiento de la agricultura familiar en el estado. La metodología se basó en datos del Censo Agropecuario 2017, en la base de datos Sidra, a partir de la elección de variables seleccionadas agregadas en la siguiente información: características de los establecimientos agropecuarios y productores, transacciones financieras y personal ocupado. Los resultados indican que la inserción en cooperativas contribuye, en cierta medida, a cambiar aspectos productivos/comerciales y socioeconómicos de los agricultores familiares cooperativos de Bahia, con mayor producción dirigida a la comercialización, importancia de los ingresos obtenidos en los establecimientos y más asistencia técnica. En conclusión, se señalan avances, pero también la persistencia de la vulnerabilidad social de gran parte de la agricultura familiar.

Palavras chave: Cooperativas. Agricultores familiares. Desarrollo territorial.

Como citar este artigo: ANJOS, Eliene Gomes dos; ROCHA, Ana Georgina Peixoto; SILVA, Daciane de Oliveira. O cooperativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar na Bahia: uma análise baseada no Censo Agropecuário 2017. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 8-31, 27 maio 2022. DOI: [https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2\(DossieCooperativismo\).3724](https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2(DossieCooperativismo).3724)

Artigo recebido em: 04/05/2021

Artigo aprovado em: 13/04/2022

Artigo publicado em: 27/05/2022

1 INTRODUÇÃO

Os dados do Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), expressam o crescimento do cooperativismo rural no país nos últimos anos. No Brasil, 579,5 mil estabelecimentos estão associados a cooperativas, abrangendo 11,4% do total de estabelecimentos agropecuários. Em relação ao último Censo de 2006, foi observado um aumento de 67,3%. A Região Sul apresenta o maior percentual de estabelecimentos associados a cooperativas (54,1% do total), seguido pela Região Sudeste (28,6%).

A Região Nordeste concentra 45,8% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Embora responda apenas por 5,8% do total de estabelecimentos associados a cooperativas no país, o Nordeste tem nesse formato associativo uma estratégia importante para a promoção do desenvolvimento da sua agropecuária e, de forma mais ampla, do próprio espaço rural, já que esse segmento tem relevância para a ocupação de parcela significativa da população do campo.

Estudos como o de Fortini (2020), Anjos et al. (2020), Soares e Pires (2018) têm demonstrado a expansão das cooperativas, em especial no segmento da agricultura familiar, e a sua importância para o desenvolvimento socioeconômico. Isso se expressa, por exemplo, em políticas públicas como o Programa Ater Mais Gestão, voltado para a qualificação da gestão das cooperativas. Políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) criaram novas oportunidades para as organizações da agricultura familiar, com a Lei 11.947/2009 que estabeleceu a obrigatoriedade de, no mínimo, 30% da compra de produtos da alimentação escolar da agricultura familiar. Mas, também, impuseram novos desafios, exigindo uma gestão mais profissionalizada para a inserção nesses mercados. No âmbito do estado da Bahia, destacam-se também ações como o Projeto Bahia Produtiva, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado (SDR), direcionado para o fortalecimento das organizações econômicas de agricultores familiares, através da melhoria de infraestrutura para produção/comercialização, apoio à gestão e ao acesso ao mercado.

Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo discutir as condições socioeconômicas dos agricultores familiares do estado da Bahia, com foco nos estabelecimentos agropecuários familiares inseridos em cooperativas, no sentido de dimensionar o papel que o cooperativismo tem desempenhado no fortalecimento da agricultura familiar no estado. A questão que orienta essa análise, com base nas variáveis do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, é em que medida a vinculação à cooperativas possibilita rupturas com a situação de vulnerabilidade que historicamente caracteriza a agricultura familiar baiana. Como fundamentação teórica, a referência é o debate sobre o cooperativismo da agricultura familiar em uma perspectiva de desenvolvimento territorial.

Esse estudo é parte de um projeto mais amplo que busca compreender os impactos do cooperativismo da agricultura familiar nas comunidades rurais do estado da Bahia⁴. A produção de conhecimento sobre o rural e as recentes dinâmicas nos territórios baianos a partir das estratégias dos agricultores familiares é ainda incipiente, denotando a relevância de pesquisas nessa temática que contribuam para uma análise dessa realidade e para uma sistematização das práticas envolvidas. A exploração dos dados do último Censo Agropecuário possibilita uma

⁴ O projeto de pesquisa, desenvolvido na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), intitula-se “Os impactos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial no estado da Bahia no Nordeste brasileiro”.

visão geral sobre essa realidade e instiga o desenvolvimento de estudos mais específicos sobre as configurações específicas da agricultura familiar.

O trabalho está estruturado em quatro seções, além dessa primeira seção que é a Introdução. A segunda seção apresenta a fundamentação teórica que subsidia a análise e orienta o desenvolvimento do artigo, com uma contextualização dos principais aspectos no debate sobre cooperativismo, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Na terceira seção, é apresentada a metodologia do trabalho, indicando as principais variáveis utilizadas. A quarta seção – dos Resultados e Discussão – é dividida em duas subseções: uma breve apresentação da agropecuária baiana, com ênfase na realidade da agricultura familiar; e uma análise dos dados da agricultura familiar, a partir do Censo Agropecuário 2017, com foco nos estabelecimentos agropecuários inseridos em cooperativas. Por fim, a última seção, trata das Considerações Finais, assinalando os principais desafios do cooperativismo da agricultura familiar no estado da Bahia.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A agricultura familiar constitui-se em um segmento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, especialmente no estado da Bahia. Nas últimas décadas, houve um reconhecimento da sua importância e, como consequência, a criação de um conjunto de políticas públicas direcionadas para essa categoria. Contudo, os agricultores familiares enfrentam limites e fragilidades socioeconômicas, que se expressam nos aspectos produtivos e organizacionais. Grande parte dos desafios enfrentados é fruto de um processo histórico de desenvolvimento, que ignorou as especificidades do rural brasileiro e a sua heterogeneidade.

Guanziroli, Sabato e Vital (2014) apontam aspectos como o uso de baixa tecnologia produtiva, infraestrutura econômica deficiente, fragilidade na gestão da propriedade e nas organizações sociais internas, reduzido tamanho da propriedade, baixa produtividade do trabalho, dificuldades de acesso a crédito, assistência técnica precária, gargalos na comercialização de seus produtos, baixos níveis de educação e capacitação da força de trabalho, baixo valor agregado em seus produtos, dentre outros.

Nas análises de Batalha, Buainain, Souza Filho (2009), assegurar uma agricultura sustentável no país, considerando os estabelecimentos de pequeno e médio portes, depende da geração/agregação de valor por meio da estratégia de união de agricultores em associações e cooperativas. Para os referidos autores, existem diversos motivos que levam os agricultores a se filiar a organizações coletivas, dentre eles: o aumento do poder de barganha diante de fornecedores de insumos ou clientes, o alcance de escala de produção que permita o acesso a canais de distribuição nos quais isolados não teriam condições de participar. Nesse contexto, o estímulo às formas associativas da agricultura familiar foi uma estratégia das próprias políticas públicas implantadas a partir dos anos 1990 para o fortalecimento desse segmento e, particularmente, para o enfrentamento das questões relacionadas com o processo de comercialização, considerado um dos grandes desafios. Estratégia que também pautou as ações dos movimentos sociais de organizações da sociedade civil com atuação no desenvolvimento rural.

Dentre os distintos formatos associativos, a cooperativa tem sido reconhecida “[...] como um fórum de politização de questões mais amplas da sociedade – como desemprego e

exclusão social, políticas públicas, desenvolvimento regional, segurança alimentar [...]” (PIRES, 2004, p. 52). Nessa visão, o cooperativismo é um instrumento de promoção do desenvolvimento regional, ao mobilizar recursos locais e ser mais comprometido com as demandas das suas comunidades.

O cooperativismo brasileiro apresenta uma diversidade de práticas expressas pela complexidade das organizações cooperativas, suas escalas de atividades, princípios de gestão e dimensões socioeconômicas que abarcam o contexto no qual estão inseridas. De um lado, grandes empreendimentos cooperativos, empenhados na gestão profissional, voltados para a competição no mercado, administração racional, aumento do capital, crescimento econômico e em moderna tecnologia para obter ganhos de escala e de eficiência, principalmente via fusão e incorporação (PINHO, 2004). De outro lado, cooperativas populares surgidas nas comunidades rurais e nos espaços urbanos periféricos que buscam satisfazer as necessidades básicas dos seus associados, com escassos recursos, orientadas por uma lógica autogestionária e pela concepção que a ação coletiva pode ter impactos no cenário de vulnerabilidade socioeconômica que as caracterizam. Segundo Gaiger e Anjos (2011), as organizações de produção agrícola familiar são exemplos históricos dessa vertente do cooperativismo que tem preservado a cultura associativa no meio rural e servido de base para as iniciativas dos agricultores familiares.

A perspectiva adotada por Pires, dentre outros pesquisadores, relaciona a gestão do modelo cooperativo ao conceito de desenvolvimento local. Estes estudos chamam a atenção para os impactos causados pelas cooperativas nos processos de revitalização rural, ressaltando a importância do cooperativismo enquanto instrumento capaz de evitar o “marasmo” econômico e social de áreas rurais vitimadas especialmente por um ambiente econômico marcado por forte competitividade. Tais impactos devem ser compreendidos e relacionados a partir do que hoje se discute por *novas ruralidades* (PIRES, 2004). Em contrapartida, a adoção de estratégia tipicamente capitalista na gestão da cooperativa colocaria em xeque os princípios cooperativos. Para a autora, a conciliação entre cooperativa e racionalidade capitalista constitui a principal fonte de tensão vivenciada na empresa cooperativa e, ao mesmo tempo, o seu principal desafio.

De acordo com Pires et al. (2009), o cooperativismo, mesmo com enfoques diferentes, tem sido colocado como uma estratégia de superação da pobreza dos agricultores em distintos momentos, já estando presente nos projetos de modernização da agricultura brasileira impulsionados pelo Estado. Nesse estudo, os autores analisam estratégias utilizadas pelos agricultores familiares, focalizando cooperativas situadas no Nordeste brasileiro, no sentido de

[...] situar o valor das cooperativas enquanto forma de inserção dos produtores nos mercados locais e globais, através da introdução de políticas de qualidade, de introdução de novas tecnologias e de conquista de certificados de qualidade, contribuindo também para a reconfiguração e dinamização dos espaços rurais. (PIRES et al., 2009, p. 05).

Além da dimensão social e política, os autores consideram que

[...] a viabilização da agricultura familiar por meio do cooperativismo parece ganhar uma particular importância na atual conjuntura de globalização da economia, quando a manutenção da produção sob rigorosos controles de qualidade – aí incluindo aspectos relacionados à aparência, os procedimentos de rastreabilidade, embalagem e transporte dos produtos – se impõe como um requisito essencial para a inserção dos produtos nos mercados. (PIRES et al., 2009, p. 09).

Ainda segundo os autores, a inserção no mercado está associada com a profissionalização do agricultor e com o contexto no qual está inserido que, dependendo da estrutura tecnológica e do apoio institucional, pode estimular práticas mais adequadas para a inserção nos mercados nacionais ou globais. Nesta perspectiva, cabe ressaltar que o processo de comercialização é parte essencial da produção agropecuária, considerado um mecanismo de coordenação das atividades de produção, distribuição e consumo. Isso significa dizer que é no subsistema comercial que os esforços de aumento de produtividade e redução de custos com a produção podem ou não ser alcançados (SOARES; PIRES, 2018 AZEVEDO; FAULIN, 2009; LOURENZANI; SOUZA FILHO, 2009).

Os prejuízos resultantes de uma comercialização deficiente podem ser capazes de inviabilizar uma atividade produtiva, fato que posiciona as decisões de comercialização entre as principais atividades gerenciais de um estabelecimento rural. Nesse contexto, as decisões dependem do ambiente econômico e do modo como a produção agropecuária se insere. Considerando-se as particularidades da agricultura familiar, as estratégias de comercialização precisam ser próprias, condizentes com a pequena escala, ao tipo de qualificação do trabalho e ao relacionamento com fornecedores, clientes e prestadores de serviços (AZEVEDO; FAULIN, 2009).

É nesse cenário que o cooperativismo rural se expande, inclusive em regiões e segmentos que não têm conhecimento profícuo do funcionamento das sociedades cooperativas (SOARES; PIRES, 2018). Esse cooperativismo está associado com a perspectiva de uma abordagem territorial do desenvolvimento que reconhece na agricultura familiar um ator-chave nesse processo, pautada no fortalecimento das redes sociais de cooperação e na articulação das organizações da sociedade civil. A abordagem territorial está estritamente relacionada com uma série de transformações que vem ocorrendo no mundo rural, com a incorporação de novas dimensões para esse espaço, que não se limita mais à simples produção de alimentos (ROCHA; OLALDE, 2012).

Wanderley (2001) destaca que a agricultura familiar é “[...] profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho” (p. 28). A diversidade da agricultura familiar cria dinâmicas territoriais específicas. Assim, a agricultura familiar contribui com a estruturação econômica e social dos seus espaços, através de suas dinâmicas próprias e, também, através da articulação com outros segmentos. Para Barral et al. (2014), os territórios têm a marca das suas agriculturas familiares e de sua diversidade, tanto em termos socioeconômicos quanto ambientais.

Os espaços rurais têm passado por mudanças significativas nos últimos anos, impulsionadas pelas próprias dinâmicas capitalistas. Como destacam Rocha, Pereira e Pereira (2014), a agricultura familiar utiliza distintas estratégias para a sua reprodução e valorização do seu patrimônio familiar, que envolvem novas e velhas dinâmicas, estimuladas pelas próprias transformações do espaço rural e pelas interações com o meio urbano.

Abramovay (2003) destaca dois aspectos importantes da noção de território no espaço rural: em primeiro lugar, sugere uma reflexão sobre o desenvolvimento de uma forma mais ampla, incluindo um conjunto variado de protagonistas e buscando superar uma análise estritamente setorial (o desenvolvimento territorial possibilitaria a diversificação das economias rurais). Em segundo lugar, a noção de território, no meio rural, chama a atenção para o fato de

que o processo de desenvolvimento depende, fundamentalmente, da forma de relação de cada comunidade com os seus ecossistemas.

No estado da Bahia, os territórios são oficialmente reconhecidos como unidades de planejamento estadual. Desde 2007, foi adotada uma nova regionalização que é utilizada como referência na implementação de políticas públicas. Sua origem está no processo de discussão impulsionado pela extinta Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no âmbito da implantação da política de desenvolvimento territorial rural. Atualmente, o território baiano está dividido em 27 territórios de identidade, abrangendo os 417 municípios.

Essa fundamentação teórica buscou trazer elementos para a compreensão do cooperativismo da agricultura familiar enquanto uma estratégia de desenvolvimento territorial. A expressão do cooperativismo nos diferentes espaços rurais do país é diferenciada, refletindo as características e especificidades da própria agricultura familiar. Nessa perspectiva, a compreensão da agricultura familiar da Bahia e, particularmente, das condições socioeconômicas dos agricultores familiares inseridos em cooperativas constitui-se no foco desse trabalho.

3 METODOLOGIA

Os dados do referido artigo foram obtidos da base secundária do Censo Agropecuário 2017, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019. Essas informações têm como unidade de coleta o estabelecimento rural, o qual, segundo o IBGE (2018), tem como finalidade a produção para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).

Na análise dos dados do Censo (2017) também torna-se necessário salientar que, conforme Del Grossi (2019), o período de referência da coleta das informações difere do ano civil. Isso significa que os elementos são referentes ao período de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, sendo o dia 30 de setembro de 2017 a data de referência da pesquisa.

A realização do último levantamento do Censo Agropecuário de 2017 trouxe como um dos avanços a incorporação de variáveis que revelam um panorama da inserção dos produtores a cooperativas, associações e/ou entidades de classe. Isto significa que podemos traçar um perfil dos estabelecimentos rurais filiados a essas organizações considerando alguns aspectos, como: o acesso à orientação técnica, a finalidade da produção agropecuária, importância da renda gerada pelas atividades desenvolvidas nos estabelecimentos familiares⁵, caracterização etária e de gênero dos produtores principais, tamanho das áreas dos estabelecimentos, dentre outros.

A heterogeneidade que caracteriza a agricultura familiar brasileira leva-nos a refletir sobre a necessidade de entender as distintas realidades e isso também se aplica ao cooperativismo rural. Nesse contexto, nessa nova edição, o Censo Agropecuário 2017, em certa medida, incorporou questões que permitem um breve panorama do cooperativismo

⁵ Conforme a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 e regulamentada pelo Decreto 9.064/2017, esse último, exige que seja utilizada a metade da força de trabalho familiar na produção e geração de ganhos e, no mínimo, 50% do rendimento familiar precisa ser resultado das atividades dos estabelecimentos.

agropecuário brasileiro, observando as particularidades daqueles que são identificados como produtores (familiares ou não familiares) filiados a cooperativas. Portanto, a partir desses dados, o presente artigo almeja dimensionar o papel que o cooperativismo está desempenhando no fortalecimento da agricultura familiar na Bahia, estado com maior número de agricultores familiares.

O caminhar metodológico partiu de três momentos: em primeiro plano, cruzamos variáveis que geraram tabelas e gráficos, com base nas informações do Censo Agropecuário 2017, disponíveis na plataforma online - o Banco de Dados Agregados do Sistema de Recuperação Automática (Sidra), composto por informações diversas, mas amparamos nossa análise em variáveis que expressam: as características dos estabelecimentos agropecuários e dos produtores, movimentação financeira e pessoal ocupado, conforme detalhamento do quadro 1.

Quadro 1 – Informações e variáveis do Sidra utilizadas na pesquisa

Informações	Número da tabela e descrição das variáveis utilizadas
Características dos estabelecimentos agropecuários	6780- Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia [...], origem da orientação técnica recebida, grupos de atividade econômica [...]; 6844- Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia [...], grupo de atividade econômica e grupo de área total; 6846- Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia [...], associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe, origem da assistência técnica recebida e grupos de área total; 6848- Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia [...], associação do produtor à cooperativa e/ou entidade de classe, origem da orientação técnica recebida e grupos de área total; 6849 -Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia [...], sexo do produtor [...] e escolaridade do produtor. 6851- Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia [...] sexo do produtor [...] escolaridade do produtor e associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe; 6879- Número de estabelecimentos agropecuários e áreas de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica [...] e classe de valor da produção.
Características dos produtores	6771- Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia [...], produtor possui DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) [...] 6773- Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia [...], finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento, renda obtidas com as atividades desenvolvidas no estabelecimento e associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe. 6779- Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia [...], sexo do produtor [...] e escolaridade do produtor.
Movimentação financeira	6896- Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, por tipologia, finalidade do financiamento [...], grupos de atividades econômicas e grupos de área total.

Pessoal ocupado	6887- Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, por tipologia, [...] e grupos e classes de atividade.
-----------------	---

Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário, 2017.

Por conseguinte, a partir do recorte nos estabelecimentos familiares filiados e não filiados às cooperativas, procedeu-se à organização dos dados em tabela de frequências e gráficos com o auxílio do *software* Microsoft Excel. E, por fim, uma análise descritiva básica, conforme o manuseio das variáveis selecionadas de acordo com o panorama delineado no referencial teórico elaborado para subsidiar as interpretações que seguirão na próxima seção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A AGROPECUÁRIA BAIANA E A AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE PANORAMA

A agropecuária baiana passou por transformações significativas nas últimas décadas. Entre 1975 e 2000, tem-se o “[...] próprio processo de modernização, conduzido em fins dos anos 1960, a maior diversificação da produção, porém com concentração do produto bruto em poucas culturas, e a expansão das fronteiras agrícolas” (ROCHA et al., 2002, p. 111-112). Essas mudanças foram acompanhadas pelo aumento da desigualdade e da pobreza no espaço rural, característica do próprio processo de modernização do campo brasileiro. A forte heterogeneidade desse setor no estado da Bahia é um aspecto que deve ser destacado, com a coexistência do considerado “moderno” e do “tradicional”:

Leite (2006) destaca que, a partir dos anos de 1990, com a crise dos produtos tradicionais, ocorre uma diversificação da economia rural, com a introdução de novas áreas e culturas e o desenvolvimento de cadeias industriais. Contudo, o perfil do Produto Interno Bruto (PIB) continua concentrado setorial e espacialmente, com poucos produtos de destaque. Destacam-se os grãos, no cerrado; a fruticultura irrigada, no Baixo Médio São Francisco; e o segmento de papel e celulose, no Extremo Sul. Como ressalta o autor, são áreas consideradas competitivas, contudo, “[...] é necessário examinar com um pouco mais de cautela se o movimento perseguido pelo meio rural baiano tem conseguido incorporar áreas e pessoas que ficaram à margem do modelo tecnológico mais intensivo” (LEITE, 2006, p. 27).

Couto Filho (2007) apontava a existência de dois novos mundos rurais baianos, com características bem diferenciadas: o “novo rural atrasado” e o “novo rural desenvolvido”. Nesse rural “atrasado”, “as atividades econômicas são menos rentáveis, o trabalho é de baixa qualificação, além de precário no que diz respeito às suas condições e ao cumprimento das obrigações legais” (COUTO FILHO, 2007, p. 66). Ao analisar as características do rural baiano, e particularmente da ocupação da mão de obra, Couto Filho (2007) ressaltava as chamadas “estratégias de sobrevivência” para a reprodução social, supondo que essas representavam a causa principal do aumento da pluriatividade e da diversificação das ocupações rurais.

Os dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) indicam que o setor agropecuário baiano teve uma participação de 9,7% no PIB estadual no ano de 2020.

O setor de serviços teve uma participação de 68,2%, seguido pela indústria, com 22,1%⁶. Considerando o período entre 2005 e 2020, a tendência é de queda. Contudo, 2020 aponta um crescimento em relação aos anos anteriores recentes. Nesse ano, a estrutura do setor agropecuária teve na agricultura a sua maior participação (76,8%), seguido pela pecuária, pesca e aquicultura (18,5%).

Vale registrar que, conforme tabela nº 6780 do Sidra, dentre os estados do Nordeste, é na Bahia que se registra o maior número de estabelecimentos agropecuários, abrangendo 32,8% do total de estabelecimentos nordestinos, seguido pelo Ceará (com 17%) e por Pernambuco (com 12,1%). É também o território baiano que apresenta o maior número de estabelecimentos familiares do país (com 32,3% do total), seguido por Minas Gerais (com 23%) e pelo Ceará (com 16,2%).

No Nordeste, a Bahia é o estado que tem a maior extensão do seu território na região semiárida (39,5% do semiárido brasileiro). Considerando a área de extensão estadual, 79% está inserida no semiárido. Dos 417 municípios baianos, 278 estão no semiárido baiano (PESSOTI; PESSOTI, 2019).

Fortini (2020), comparando os dados dos dois Censos (2006 e 2017) evidencia a diminuição da participação do número de estabelecimentos da agricultura familiar no semiárido nordestino. O estudo destaca alguns possíveis fatores: a grande seca de 2012 a 2017; a extensão horizontal do perímetro urbano dos municípios, absorvendo parte da zona rural; e as mudanças metodológicas para a classificação dos estabelecimentos no Censo Agropecuário 2017. Ressalta, ainda, modificações na Lei da Agricultura Familiar, “que levaram muitos dos estabelecimentos rurais a não serem mais considerados como sendo de agricultura familiar: (a) predomínio na renda familiar de renda de atividades fora do seu estabelecimento; e (b) crescimento do uso de mão de obra contratada” (FORTINI, 2020, p. 17).

No total da Bahia, houve também uma queda em relação ao número de estabelecimentos familiares. O Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, registrava 761.528 estabelecimentos agropecuários, sendo que 87,43% eram classificados na categoria familiar. Já no Censo Agropecuário de 2017, amparado na tabela nº 6780 foram identificados 762.848. Apesar do aumento no total de estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar passou a representar apenas 77,8%. Apesar disso, continua numericamente significativo o número de agricultores familiares no estado da Bahia. Os dados reafirmam também a baixa ocupação em termos da área dos estabelecimentos: apenas 32,15% do total da área dos estabelecimentos agropecuários é ocupada pela agricultura familiar.

Os territórios com maior participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários do estado são Sisal, Semi-Árido Nordeste II, Sertão Produtivo, Sudoeste Baiano e Sertão do São Francisco, representando, em conjunto, 33,79% dos estabelecimentos familiares do estado. Contudo, é importante ressaltar que a agricultura familiar é representativa em todos os 27 territórios de identidade baianos.

Considerando o valor da produção destacado na tabela nº 6879 do Sidra, dos estabelecimentos agropecuários baianos, a agricultura familiar contribui com 24,53% do total produzido no estado. Os cinco territórios que a agricultura familiar mais contribui no valor da

⁶ Dados sujeitos à retificação.

produção da agropecuária baiana são: Sertão Produtivo (6,49%), Baixo Sul (6,45%), Semi-Árido Nordeste II (6,44%), Sertão do São Francisco (6,17%) e Sisal (5,91%).

Ainda em relação ao valor da produção dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar tem uma maior participação nos territórios Bacia do Paramirim (82,35%), Sertão Produtivo (69,14%), Piemonte Norte do Itapicuru (68,35%), Bacia do Jacuípe (66,53%) e Semi-Árido Nordeste II (65,24%).

Conforme variável escolhida detalhada na seção metodologia, a tabela nº 6896 dos dados do Censo Agropecuário 2017, desvelou que, do total de estabelecimentos agropecuários baianos, 90.913 obtiveram financiamento, ou seja, apenas 11,9%. Dentre os que obtiveram financiamento, 81,1% estão classificados como familiares.

Considerando o número de estabelecimentos por classes de atividades (tabela nº 6887), a agricultura familiar baiana predomina na quase totalidade das culturas: 82,4% dos estabelecimentos que cultivam hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura; 79,4% dos estabelecimentos com lavouras temporárias, e 76,7% com lavouras permanentes. Dentre as lavouras temporárias, destaque para o cultivo de cana-de-açúcar (86,2%) e fumo (85,3%). Nas lavouras permanentes, o cultivo de frutas (exceto laranja e uva) abrange 79% dos estabelecimentos familiares e o cacau é produzido por 78% dos agricultores familiares. Vale destacar, também, a cultura do café em 71,7% dos estabelecimentos agropecuários familiares. Do total de estabelecimentos produtores de café da agricultura familiar, 3.864 (53,1%) estão concentrados no Território Chapada Diamantina, seguido pelo Sudoeste Baiano (1.713 estabelecimentos, representando 23,5%). A cafeicultura da Chapada Diamantina tem sido reconhecida pela qualidade dos seus grãos. Em 2020, o café produzido pela Cooperativa de Cafés Especiais e Agropecuária de Piatã (Coopiatã) foi premiado e considerado um dos melhores do Brasil.⁷

As lavouras temporárias representam mais de 85% da produção familiar dos estabelecimentos dos territórios de Itaparica, Extremo Sul e Irecê; Itaparica também destaca-se nas lavouras permanentes (85,4%), seguido pelo Território Piemonte da Diamantina.

Do total de estabelecimentos familiares com cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos, parte significativa (32,7%) concentra-se nos territórios do Recôncavo, Vale do Jiquiriçá e Chapada Diamantina.

Ao discutir a importância da agricultura familiar, em que pese indicativos de sua redução em número de estabelecimentos e mesmo na sua contribuição para a “riqueza” da economia baiana, é preciso incorporar uma análise mais abrangente para além de um segmento produtivo com características específicas. A inserção social de parcela da população baiana e a ocupação de mão-de-obra, questões relacionadas com a segurança alimentar (o acesso aos alimentos e a própria qualidade dos alimentos), a perspectiva de práticas mais sustentáveis são apenas alguns aspectos importantes que estão associados com a produção familiar. Diversos estudos reforçam

⁷ O concurso *Cup of Excellence* é realizado pela Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), com apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e da *Alliance for Coffee Excellence* (ACE) e objetiva promover o produto brasileiro no mercado internacional. Retirado de: <http://www.bahia.ba.gov.br/2020/11/noticias/agricultura-familiar/cafe-da-agricultura-familiar-esta-entre-os-cinco-melhores-do-brasil/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

o papel da importância da agricultura familiar e de suas organizações para o desenvolvimento dos territórios rurais (PIRES, 2004; ANJOS et al., 2020)

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, conforme descrito na tabela nº 6887, a Bahia apresenta 761.101 estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado (99,7%). Dentre os estabelecimentos com pessoal ocupado, 77,8% estão na agricultura familiar. Apesar de ocupar uma extensão de terras bastante limitada, a natureza da produção familiar contribui de forma significativa para a geração de trabalho no rural da Bahia. No Território de Itaparica, a agricultura familiar é responsável por 85,8% da ocupação nos estabelecimentos agropecuários.

Segundo dados da tabela nº 6773 da base de dados do Sidra, é preciso destacar também a importância do autoconsumo na produção familiar: a finalidade principal de 47,7% dos estabelecimentos familiares é o consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor. Nesse contexto, o apoio à produção é fundamental para a garantia do abastecimento nos centros urbanos, mas, também, para garantia da segurança alimentar da população que vive no campo.

Grisa e Schneider (2008) reforçam a importância do autoconsumo para os agricultores familiares, a partir de um estudo realizado em municípios do Rio Grande do Sul. Conforme os autores, o autoconsumo tem “relevância como fonte de renda não-monetária, que efetivamente auxilia na melhoria das condições de vida, na segurança alimentar e no combate à pobreza rural” (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 483).

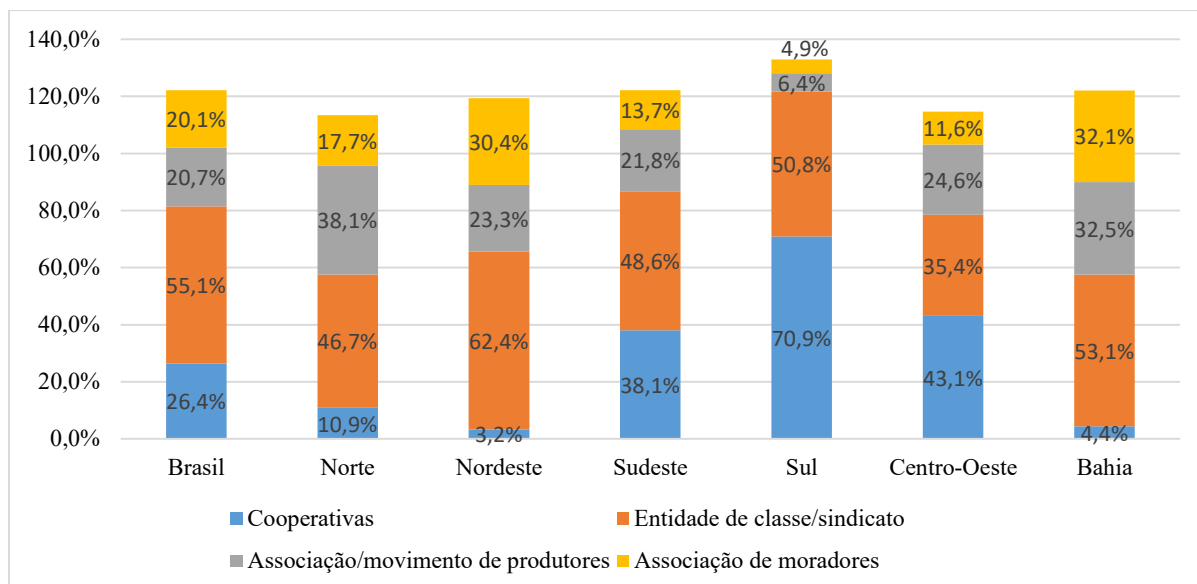
É a produção para o autoconsumo uma das estratégias para a garantia de manutenção da família, especialmente nos contextos de vulnerabilidade social, como em grande parte dos territórios rurais da Bahia. Nesse trabalho, entende-se a importância do autoconsumo, mas, também, a necessidade de uma maior inserção da agricultura familiar baiana nos mercados, com diversificação dos canais de comercialização, viabilizando a melhoria das condições de vida nas comunidades rurais. O fortalecimento das organizações coletivas tem sido reconhecido como um caminho para o acesso aos mercados e o desenvolvimento rural.

4.2 RUPTURAS E CONTINUIDADES ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES COOPERADOS DA “BOA TERRA”

Apesar do formato econômico associativo mais utilizado pelos agricultores familiares baianos ser a associação, é evidente o crescimento do cooperativismo nesse segmento. Essa expansão pode ser atribuída à restrição legal para a finalidade econômica da entidade jurídica associação como, também, ao estímulo do poder público para diversificar os canais de comercialização. Dos 593.411 estabelecimentos agropecuários familiares da Bahia identificados no Censo Agropecuário 2017, conforme tabela nº 6851 do Sidra, mencionada na metodologia, 223.185 são vinculados a formatos associativos, dentre esses, 72.440 (32,5%) estão em associações de produtores, enquanto os inseridos em cooperativas somam 9.750 (4,4%). No entanto, quando comparado o número total de estabelecimentos agropecuários baianos associados à cooperativa, 14.567, os pertencentes aos agricultores familiares representam 68%. Esses dados demonstram que, em certa medida, tanto o associativismo quanto o cooperativismo são estratégias para enfrentar a vulnerabilidade socioeconômica que ainda persiste nos espaços rurais do estado.

Em uma abordagem nacional, é possível identificar que a adesão do agricultor familiar à cooperativa ainda tem um longo caminho para se firmar no Norte e Nordeste como principal formato associativo para esse segmento.

Gráfico 1 - Tipos de associação do agricultor familiar no Brasil, regiões e Bahia



Fonte: Censo Agropecuário 2017.

O Gráfico 1 revela que a organização coletiva é relevante para fortalecer os agricultores familiares associados no Brasil. No entanto, de acordo com a realidade regional, determinados formatos têm mais proeminência do que outros, como as cooperativas para as regiões Sul e Centro-Oeste, com a adesão de 70,9% e 43,1%, respectivamente, e o papel destacado do sindicato para 62,4% no Nordeste. Esses dados da tabela nº 6773 do Sidra sugerem realidades díspares nas três regiões mencionadas: enquanto no Sul e no Centro-Oeste, os percentuais expressivos em cooperativas podem indicar um perfil mais comercial desses agricultores, os do sindicato e da associação de moradores no Nordeste podem estar relacionados à necessidade de comprovação da condição de agricultor familiar para ter acesso à proteção social e às demandas pela incipiência dos serviços públicos e necessidades de melhoria da infraestrutura nas comunidades rurais.

O contexto da Bahia, particularmente, apresenta elementos que a singulariza tanto no âmbito regional como na comparação com os percentuais do Brasil. A proporção significativa em associação de produtores, 32,5%, demonstra a importância dessa modalidade associativa para assegurar melhorias na qualidade da produção e na comercialização no estado, como sinalizado nos estudos realizados por Anjos et al. (2018). Em que pese a baixa expressividade estatística dos 4,4% dos agricultores que estão em cooperativas, é superior aos 3,2% do Nordeste, com destaque maior, também, à associação de moradores. Numa aproximação com os percentuais do Brasil, os da Bahia estão abaixo do nacional no que se referem às cooperativas e sindicatos, com proporções mais elevadas nas associações de moradores e produtores, conforme demonstrado na tabela nº 6851 do Sidra.

O escrutínio dos dados que caracteriza a participação dos agricultores familiares em formatos associativos no estado contribui para vislumbrar a importância desses para alterar a pobreza rural. Segundo Silva, Reis e Couto (2020), os segmentos responsáveis pela produção

familiar no estado, como nos demais do Nordeste, estão inseridos nos espaços mais precários com menor poder aquisitivo, classificados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como o grupo B. Esse grupo é composto por aqueles que declaram um rendimento anual de até R\$ 27.000,00. À época do Censo Agropecuário 2017, 89% dos estabelecimentos agropecuários familiares da Bahia estavam classificados nesse agrupamento, de acordo dados da tabela nº 6846 do Sidra. Somam-se ao quadro descrito, os percentuais ainda pouco expressivos de agricultores familiares do Nordeste (39,6%) e da Bahia (38,5%) coletados na tabela nº 6771, que informaram ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que possibilita acessar diversas políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da atividade econômica e/ou melhorias nas condições de vida.

Se a classificação majoritária dos agricultores familiares baianos no grupo B do Pronaf não explica a razão da presença ainda incipiente das cooperativas, por outro lado, contribui para reforçar a importância da produção para o autoconsumo. Essa destinação continua sendo muito importante, são 283.044 estabelecimentos que apresentam esse destino como finalidade principal da sua produção. Dentre esses, estão 111.824 (39%) de estabelecimentos associados, conforme dados da tabela nº 6773. Quando comparado o propósito principal da produção no conjunto dos estabelecimentos familiares associados, aqueles que destinam para o autoconsumo e para a comercialização estão em percentuais equivalentes, 50% cada. Essas estatísticas sugerem que o ato de se associar não se dá apenas por objetivos econômicos, como ampliar o volume de produção e reduzir os custos de transação, há outras dimensões do agir coletivo presentes.

A presença majoritária dos agricultores familiares baianos no segmento de menor poder aquisitivo do Pronaf desvela a importância da questão fundiária, já que o tamanho das áreas disponíveis para a produção é um dos indicadores que demonstra a desigualdade da estrutura agrária do país. Dos 223.185 estabelecimentos associados, 43,5% têm menos de 5 hectares, o que demonstra o tamanho do desafio dos agricultores familiares para assegurar a reprodução do núcleo familiar em espaços produtivos reduzidos (SIDRA-IBGE, tabela nº 6846, 2017). Porém, quando desagregamos os dados, verifica-se que os estabelecimentos cooperados são mais extensos, os que têm menos de 5 hectares são 32,3%. Sendo que a maioria dos agricultores que estão em cooperativas, 53,4%, têm áreas de 5 a menos de 50 hectares (SIDRA-IBGE, tabela nº 6844, 2017).

Escrutinando a finalidade da produção na tabela nº 6773 da base de dados Sidra, para aqueles estabelecimentos associados às cooperativas, modalidade privilegiada da nossa análise, o percentual que destina principalmente para a comercialização é de 67%, já entre as associações de produtores é 52% no estado. Embora a maioria dos agricultores cooperados baianos disponibilize sua produção ao mercado, esse percentual ainda está muito distante do contexto nacional, 90%, por outro lado, está acima do regional, pois no Nordeste 59% apresentaram esse propósito. Cabe destacar que, no âmbito dos territórios de identidade, o escopo da produção familiar disponibilizada à comercialização é bastante diverso, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Finalidade da produção familiar dos cooperados por Território de Identidade da Bahia

Territórios	Consumo	%	Comercialização	%	Total	%
Bacia do Jacuípe	558	67	272	33	830	100
Bacia do Paramirim	71	63	42	37	113	100
Bacia do Rio Corrente	86	54	73	46	159	100
Bacia do Rio Grande	108	67	53	33	161	100
Baixo Sul	43	5	816	95	859	100
Chapada Diamantina	63	18	293	82	356	100
Costa do Descobrimento	5	5	89	95	94	100
Extremo Sul	15	5	272	95	287	100
Irecê	87	21	320	79	407	100
Itaparica	66	52	60	48	126	100
Litoral Norte e Agreste Baiano	147	35	273	65	420	100
Litoral Sul	14	4	350	96	364	100
Médio Rio de Contas	16	10	150	90	166	100
Médio Sudoeste da Bahia	25	7	352	93	377	100
Metropolitano de Salvador	29	38	48	62	77	100
Piemonte da Diamantina	86	38	140	62	226	100
Piemonte do Paraguaçu	26	20	102	80	128	100
Piemonte Norte do Itapicuru	132	57	100	43	232	100
Portal do Sertão	76	61	49	39	125	100
Recôncavo	44	7	545	93	589	100
Semiárido Nordeste II	229	66	118	34	347	100
Sertão do São Francisco	202	38	336	62	538	100
Sertão Produtivo	105	18	478	82	583	100
Sisal	416	45	517	55	933	100
Sudoeste Baiano	232	37	389	63	621	100
Vale do Jiquiriçá	3	2	165	98	168	100
Velho Chico	316	68	148	32	464	100

Fonte: Censo Agropecuário 2017.

O recorte territorial continua sendo utilizado como unidade de referência para a incidência das políticas públicas na Bahia. Dos 27 territórios, 9 (33%) deles destinam mais de 50% da produção para o autoconsumo. Quanto aos que produzem com foco na comercialização, 7 (26%) orbitam próximos da média estadual (67%), enquanto 4 (15%) se aproximam mais da média nacional (90%) e 7 (26%) a ultrapassam. Essa análise territorial sugere que parte da agricultura familiar cooperada da Bahia, concentrada em 11 (41%) territórios, assumiu um perfil mais mercantil, distanciando-se de um modelo que enquadrava as práticas desse segmento como restrita à reprodução alimentar da família.

O fato de milhares de famílias não destinarem a produção agropecuária para o mercado sugere que parte expressiva da agricultura familiar baiana afasta-se dos setores mais dinâmicos, inseridos em cadeias produtivas que caracterizam uma agricultura mais empresarial, típica do agronegócio, como apontado por Guanziroli, Sabbato e Buainain (2011). Para além dessa causalidade, Batalha, Buainain e Souza Filho (2009, p. 48) ressaltam outros aspectos que interferem no modo de inserir os produtos no mercado. Para eles, o principal problema é a falta de “compreensão do funcionamento dos mercados, que impõe articulação com os segmentos pré e pós-porteira, novas formas de negociação e práticas de gestão do processo produtivo [...]”.

O contexto descrito, entretanto, parece convergir com a tese de Ploeg (2009) quando defende a especificidade da agricultura camponesa na qual a lógica de mercado não impera. A inserção dessa produção no mercado somente acontece para vender seus produtos finais, uma

vez que os circuitos de mercadorias não ocupam papel central na mobilização dos recursos utilizados pelos camponeses. Ainda assim, o autor admite que esses circuitos comecem a exercer um papel de maior relevância no levantamento dos recursos, na produção agrícola, em outros termos, na inserção da agricultura com características empresariais, como assinalado por Guanzioli, Sabato e Buainain (2011).

Com o processo de mercantilização da vida social e econômica, houve uma crescente integração das famílias aos mercados, reduzindo a sua autonomia, como defendido por Ploeg (2009), e passando a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar o ciclo. Nesse contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, seja dos mercados de produtos ou dos valores e da cultura, como assinala Schneider e Niederle (2008).

A aparente dualidade das análises que aponta, de um lado, a inserção da agricultura familiar nos mercados e, de outro, o papel secundário do aspecto mercantil no modo de vida daqueles que adotariam a produção camponesa, poderia convergir com a heterogeneidade da agropecuária baiana, como já sinalizada nesse trabalho, em conformidade com as análises de Couto Filho (2007). O que nos cabe destacar é a diversificação presente nas formas de acesso ao mercado, com graus distintos de integração ao modelo produtivista hegemônico. Nas últimas décadas, têm crescido formas alternativas de comercialização, como estratégia de criação de mercados diferenciados para a agricultura familiar, muitas vezes caracterizadas como cadeias curtas, em contraposição às chamadas cadeias longas do modelo agroindustrial predominante. É o caso dos mercados institucionais e das feiras agroecológicas. Em grande parte dessas experiências, os agricultores familiares participam através de suas organizações, em especial as cooperativas.

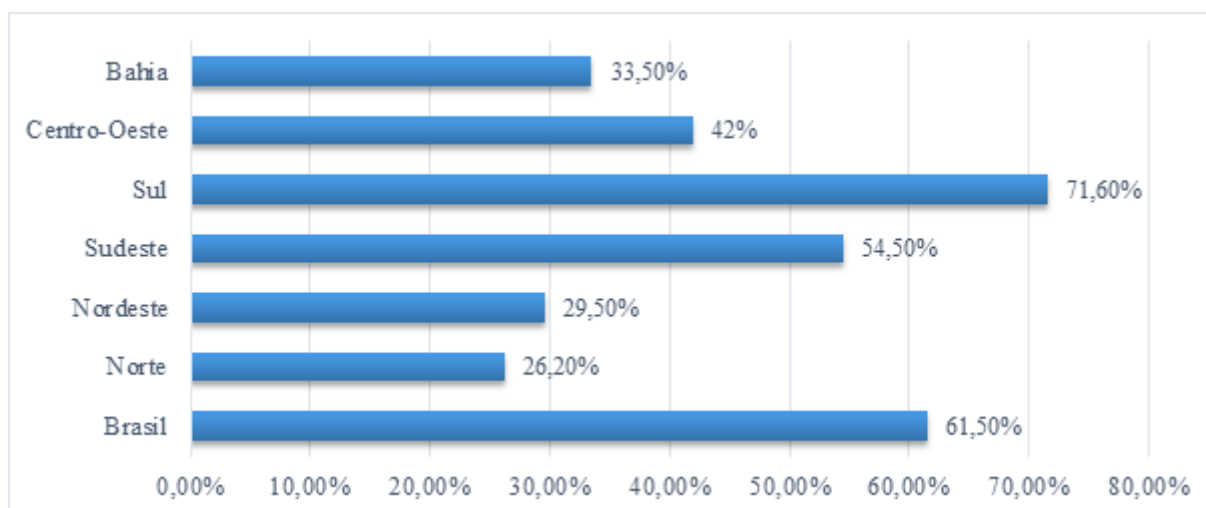
A destinação expressiva da produção para o autoconsumo também pode ser uma das explicações para o papel complementar da renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento do agricultor associado. Para 71,3%, a renda oriunda de outras atividades é maior do que a obtida pelas atividades do seu estabelecimento. Esse dado também pode ser um indício dos limites para assegurar a reprodução familiar apenas com as atividades agrícolas na propriedade e de uma tendência à pluriatividade das famílias rurais, com a necessidade de diversificação das atividades (agrícolas e não agrícolas). Comparando as estatísticas entre os formatos associativos, aqueles estabelecimentos que seus produtores estão associados às cooperativas apresentam um percentual menor do peso da renda obtida fora do estabelecimento do que aqueles que não estão, 55,2%. Em outros termos, para 44,8% dos estabelecimentos dos quais o produtor é sócio de cooperativa, a renda obtida pelas atividades que ali são desenvolvidas é maior do que as outras entradas. Essa constatação reforça o papel do cooperativismo da agricultura familiar para valorizar economicamente sua produção.

Quando desagregamos os dados relativos à renda gerada pelas atividades desenvolvidas no estabelecimento no qual o produtor é cooperado por território, verifica-se que o peso desses rendimentos, se comparado com a renda de atividades realizadas em outros espaços, sugere uma atuação ainda limitada das cooperativas diante das possibilidades apontadas no referencial teórico. Dos 27 territórios, em 14 deles os percentuais dos agricultores cooperados que apontam maior peso na renda dessas atividades estão próximos aos 44,8%, percentual médio do estado, ou o superam. Os que apresentam percentuais mais expressivos são: Baixo Sul (65,4%), Extremo Sul (65,2%), Vale do Jiquiriçá (64,3%), Sertão do São Francisco (62,1%) e Recôncavo

(76,1%). Interessante destacar que no Costa do Descobrimento, os que estão inseridos em associações de produtores têm percentual maior para esse quesito, 62,1%, enquanto os que estão em cooperativas, 58,5%. Para além das possíveis interpretações permitidas com os dados do Censo, faz-se necessário um estudo que identifique os canais de comercialização utilizados por esses agricultores que são sócios de cooperativas uma vez que podem não fornecer sua produção para ser comercializada de forma coletiva.

Embora seja perceptível uma mudança nas práticas de comercialização da agricultura familiar do estado, problemas históricos persistem, como é o caso da incipiente Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), inclusive, a imensa maioria dos que estão inseridos em cooperativas (66,5%) e nas associações de produtores (83,3%) que não acessam esse serviço, de acordo com a tabela nº 6846 do Sidra. Essa realidade impõe sérios reveses para que os estabelecimentos contribuam de forma majoritária na composição dos rendimentos familiares e exige uma reavaliação da política de ATER implementada na Bahia, apesar da escassez desse serviço não ser restrita ao estado. A análise dos dados do Censo sobre o acesso à orientação técnica expõe as profundas desigualdades regionais também no campo do cooperativismo rural para assegurar esses serviços aos seus sócios, como demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Estabelecimentos familiares cooperados que têm acesso à assistência técnica. Brasil, regiões e Bahia (em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017.

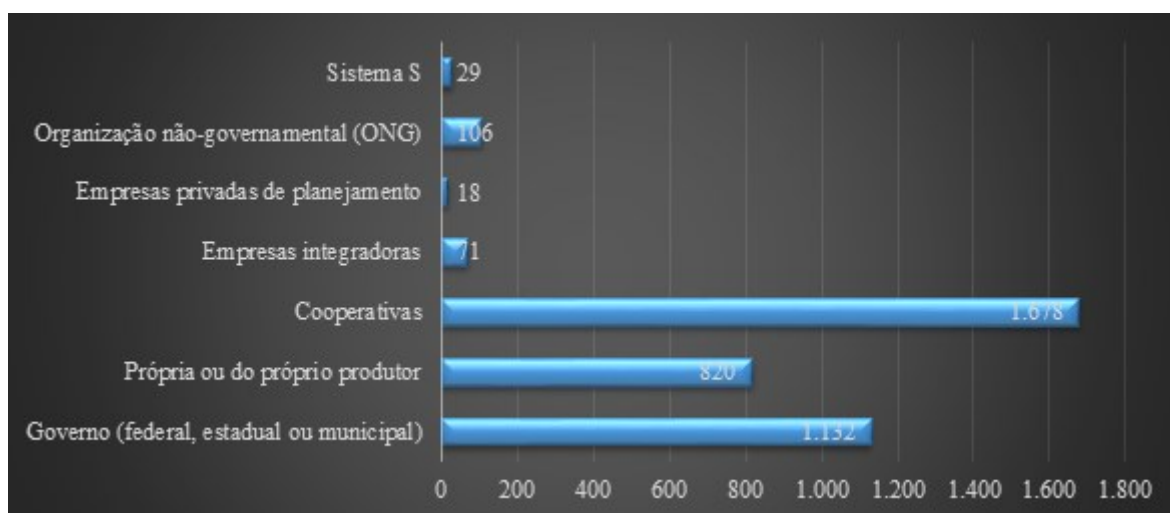
Uma das razões que poderia explicar as assimetrias das cooperativas da agricultura familiar serem mais pujantes no Sul e Sudeste seria a garantia de orientação técnica a 71,6% e 54,5% desses estabelecimentos, respectivamente. Enquanto que o Norte e Nordeste, que não asseguram nem a 30% dos seus estabelecimentos associados, ainda enfrentam sérios desafios para se firmar como um dos principais canais de comercialização (ANJOS et al, 2020).

O estado da Bahia extinguiu, em 2014, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA) que atuava na prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária, e criou, em 2015, a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiatel). A reestruturação da ATER no estado não ampliou, tampouco fortaleceu, os segmentos que dependem dessa política. Por não ter um quadro técnico efetivo para desempenhar o serviço, a Bahiatel tornou-se uma contratante de organizações vencedoras dos editais públicos. Esse formato de atuação do estado, expresso pelos acordos de parceria

entre o poder público e entidades civis, recebe inúmeras críticas quanto à sua real capacidade de responder às carências técnicas das comunidades rurais. Essa estratégia se, de um lado, permite maior diálogo entre a sociedade civil organizada e os executores da política pública, de outro lado, a torna descontínua devido aos atrasos nos repasses dos recursos (SILVA; REIS; COUTO, 2020). Esse contexto pode explicar o percentual reduzido de agricultores cooperados que têm orientação técnica na Bahia, 33,5%, revelado no Gráfico 2. No entanto, é preciso ressaltar que esse percentual ainda é bastante expressivo se comparado aos 96,2% (356.277) de agricultores que não estão em nenhum formato associativo e não têm acesso a este serviço.

Cabe destacar que foram as cooperativas a entidade mais citada como responsável pelas orientações técnicas que os agricultores cooperados tiveram acesso, como demonstrado no Gráfico 3, conforme dados da tabela nº 6780 do Sidra.

Gráfico 3 – Origem da orientação técnica recebida pelos agricultores cooperados da Bahia



Fonte: Censo Agropecuário 2017.

Dos 3.270 agricultores cooperados que tiveram orientação técnica, pelos menos 1/3 atribuiu ao poder público, mas, proporcionalmente, as cooperativas tiveram mais incidência para qualificar esses produtores. Foram 1.678 (51,3%) que, pelo menos, contaram com a assistência técnica de uma cooperativa. Por hipótese, esse serviço foi assegurado porque a condição de sócio lhe permite ser usuário do serviço ou a orientação foi fornecida por uma das entidades vencedoras dos editais públicos direcionados a assistir beneficiários contemplados pelas ações de políticas públicas do governo do estado que visam o fortalecimento da agricultura familiar.

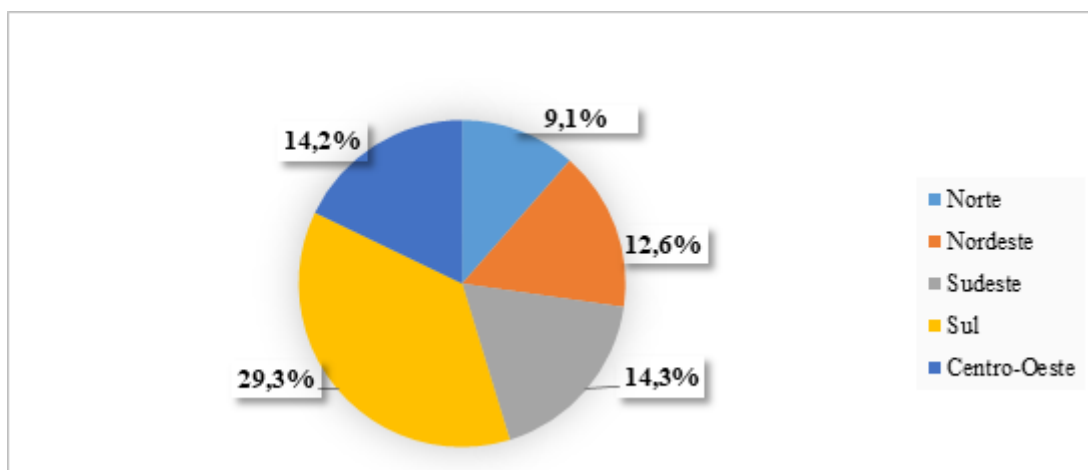
Embora os dados dos agricultores familiares cooperados e de seus estabelecimentos revelem um quadro mais alvissareiro para esse segmento na Bahia, cabe destacar que a estratificação por gênero parece não ter sido modificada para além da mobilização das mulheres rurais para tornar público suas lutas e demandas. A invisibilidade do trabalho das mulheres nos estabelecimentos persiste, pois, em sua maioria, o homem que é apontado como o produtor principal. Provavelmente, o baixo percentual de agricultoras cooperadas, apenas 19%, deve-se à essa prática tão disseminada nos espaços rurais brasileiros. Nesta direção, percebemos que houve várias rupturas com gargalos que historicamente limitam a agricultura familiar da Bahia, mas, ainda, persistem velhos problemas que precisam ser enfrentados.

4.2.1 Velhos problemas para uma agricultura familiar sustentável

O fato da metodologia do Censo Agropecuário 2017 ter impactado no número de estabelecimentos identificados como da agricultura familiar na Bahia e no Nordeste não alterou o quadro de precariedade que vive parte expressiva dessa população. A constatação da expansão das cooperativas no setor produtivo nordestino confirma a opção dos governos e da sociedade civil para enfrentar velhos problemas que persistem entre os mais pobres, agora ainda mais necessário devido à pandemia do coronavírus e a insegurança alimentar que grassa nas comunidades rurais com mais baixo poder aquisitivo. Nesta perspectiva, convém salientar nesta seção a dificuldade de democratização do financiamento na realidade rural brasileira e persistência do baixo nível de escolarização. Esses dois aspectos são centrais, ao nosso ver, para uma agricultura familiar sustentável.

Os dados demonstram que um reduzido número de estabelecimentos familiares conseguiu acesso ao financiamento para destiná-lo ao sistema produtivo. Ao comparar os percentuais de acesso ao financiamento entre a totalidade de agricultores familiares por região, demonstrados no Gráfico 4, os dados revelam o quanto ainda é restrito esse acesso, principalmente, entre as regiões com mais vulneráveis.

Gráfico 4 – Financiamento dos estabelecimentos agropecuários familiares por região em percentuais



Fonte: Censo Agropecuário 2017.

Os percentuais revelam que os estabelecimentos da região Sul, que têm maior proporção de estabelecimentos familiares inseridos em cooperativas (37,3%), tiveram mais do que o dobro de acesso ao financiamento do que o Sudeste que está em segundo lugar. No Nordeste, com o maior número de agricultores familiares, somente 12,6% receberam financiamento.

Os estabelecimentos que obtiveram financiamento apresentam finalidades diversas para seu emprego, como está expresso em números absolutos na Tabela 2, amparado na base de dados do Sidra da tabela nº 6896.

Tabela 2 – Finalidade do financiamento obtido pelos estabelecimentos familiares por Região e a Bahia

Regiões e a Bahia	Total	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção do estabelecimento
Norte	43.645	32.412	11.245	615	9.275
Nordeste	232.156	166.749	55.644	6.851	55.746
Sudeste	98.598	64.522	41.794	1.337	14.557
Sul	195.084	79.685	147.411	1.236	7.387
Centro-Oeste	31.708	20.457	14.291	429	3.873
Bahia	73.742	51.489	17.409	1.582	21.574

Fonte: Censo Agropecuário 2017.

Apesar da comercialização ser um dos possíveis destinos para o financiamento, desempenha papel residual nas alocações dos recursos. De fato, a Tabela 2 revela uma proporção muito maior dos recursos para investimento, com números mais expressivos no Norte, 32.412 (74,3%), seguido do Nordeste, 166.749 (71,2%). A exceção está no Sul, dos quais 147.411 (75,5%) agricultores familiares buscam financiamento para o custeio, dados retirados da tabela nº 6896 da base IBGE/Sidra. A Bahia se aproxima do cenário regional com 70% também destinados para investimento, mas, com um percentual maior à manutenção do estabelecimento, 29%, do que o Nordeste, com 24%. As variáveis exploradas no Censo Agropecuário 2017 não explicam as motivações para destinar os recursos oriundos de financiamento, o que nos remete à novas agendas de pesquisas que possam detalhar as necessidades que suprem numa perspectiva regional, permitindo, assim, entender as peculiaridades que propiciam ao Sul destiná-los para o custeio e as demais, de forma preponderante, para o investimento.

Como não há dados sobre o financiamento dos estabelecimentos dos quais os produtores são cooperados, somente podemos dimensionar as sérias restrições que os agricultores familiares enfrentam para acessar o crédito. Essas restrições demonstram ser muito mais vividas no Norte e Nordeste, ilustradas pelo número irrisório de produtores que conseguiram êxito na Bahia, quando comparado à totalidade de agricultores familiares do estado, somente 12,4% dos 593.411. Esses resultados corroboram com as análises que apontam mais oportunidades aos já fortalecidos, em certa medida, em detrimento dos que são mais vulneráveis.

Ainda que nas últimas duas décadas a Bahia tenha ampliado o número de universidades federais (de uma para quatro), o baixo nível de escolarização dos agricultores familiares continua sendo um dos aspectos que contribuem para a reduzida expectativa dos agricultores com a melhoria da qualidade de vida. No estado, entre os produtores familiares cooperados, conforme informações da tabela nº 6851, 19% não sabem ler e escrever, 62% têm apenas o ensino fundamental e apenas 4,2% têm a graduação.

A escolarização também se apresenta como um indicador para mensurar as desigualdades e, para tanto, aprofundamos sua análise para dimensionar seu impacto no contexto desigual das regiões. Assim, realizamos um comparativo com as menores e as maiores escolaridades dos agricultores, tendo como base dados da tabela nº 6849 do Sidra. Na lista de menor escolarização, usamos como parâmetro os níveis: “Saber ler e escrever – Não” e “Nunca frequentou a escola”. Como maior patamar de escolaridade escolhemos os seguintes graus: Antigo científico clássico etc. (médio 2º ciclo); Regular de ensino médio ou 2º grau; Técnico de ensino médio ou do 2º grau; EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau e Superior – graduação, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Escolarização dos agricultores familiares cooperados em percentuais

Nível escolar	Nacional	Nordeste	Sul	BAHIA
Menor escolarização	3,9	10,4	1,9	16,4
Maior escolarização	12	4,9	10,7	11,8

Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário 2017.

Insistentemente os dados do Censo Agropecuário 2017 mostram as fragilidades dos agricultores do Nordeste (10,4%) e da Bahia (16,4%) com os menores níveis de escolarização. Enquanto o Sul apresenta razão inversa com maiores níveis de escolarização, 10,7%, se comparado aos 4,9% do Nordeste.

Ao comparar os agricultores filiados às cooperativas (tabela nº 6851) com a totalidade de agricultores (tabela nº 6849) da base Sidra, percebeu-se que, com exceção do Nordeste no item maior nível escolar, a escolarização dos agricultores cooperados é maior em relação aos que não estão associados à essa modalidade organizativa. A Bahia apresenta 16,4% de menor escolarização para os cooperados e aumenta para 31,9% para os não cooperados. Já em relação à maior escolarização, os que são cooperados são 11,8% contra 5,9% entre os não cooperados.

As análises dos dados sobre a escolaridade demonstram que as estratégias utilizadas para aumentar a escolarização da população rural ainda não alteraram drasticamente os níveis de escolarização da região e, por consequência, da Bahia. No entanto, os percentuais constatados para aqueles que estão em cooperativas indicam que essa inserção aumenta os níveis de escolaridade. Futuras pesquisas podem demonstrar a generalidade dessa constatação, mas, de momento, pode-se afirmar que o cooperativismo não atua somente na dimensão econômica dos agricultores, está também contribuindo na dimensão social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas no artigo, a partir das variáveis selecionadas do Censo Agropecuário 2017, indicam que as cooperativas estão, em certa medida, contribuindo para alterar os aspectos produtivos/comerciais, econômicos e sociais dos agricultores familiares cooperados da Bahia. Embora não apresentem expressividade estatística, os estabelecimentos dos quais os produtores estão em cooperativas produzem em maior proporção para a comercialização, a renda obtida pelas atividades desenvolvidas nesses estabelecimentos é maior do que outras oriundas fora do estabelecimento e têm mais acesso à assistência técnica. Apesar desse cenário alvissareiro, o recorte territorial demonstra que não existe uma homogeneidade na agricultura familiar do estado, tampouco nas práticas cooperativas, pois, em alguns territórios foram constatadas maior proporção da produção para a comercialização, bem como peso distinto desses rendimentos para a reprodução familiar.

Não obstante, os dados evidenciam que ainda há um longo caminho a ser percorrido pela agricultura familiar da Bahia para inserir seus agricultores em formatos associativos que planejam não somente o processo produtivo, mas, principalmente, a gestão comercial que envolve desde os aspectos primários da produção em cada estabelecimento ao circuito de distribuição e consumo. Para ampliar esse nível, a formação desse segmento exige uma reavaliação do serviço de assistência técnica do estado e a capacitação nas áreas da gestão para que a cooperativa seja o principal instrumento de comercialização e diversifique os espaços de

vendas, sejam eles no mercado convencional ou nos programas de compras públicas. Alcançar esse nível será árduo com a baixa escolaridade dos agricultores, a incipiência da orientação técnica, a escassez do financiamento e a negação às mulheres do *status* de produtoras, pois seu trabalho continua sendo invisibilizado, além de ter participação muito reduzida nas cooperativas.

O difícil percurso delineado não reduz a importância do que já foi alcançado. Neste sentido, reforçar o papel histórico do cooperativismo como alternativa de organização política e econômica desde os seus primórdios para os segmentos mais marginalizados, além de enfatizar os resultados proporcionados aos que já são cooperados no estado, pode ser um estímulo para que essa modalidade de organização seja propagada pelas entidades de representação dos agricultores familiares e dos gestores que implementam as políticas públicas desse segmento. Esses atores precisam estar imbuídos que somente cooperando ampliarão as oportunidades de, pelo menos, minimizar as dificuldades de direcionar a produção para a comercialização, sem descuidar do autoconsumo que minimiza a extrema pobreza que paira nas comunidades rurais na Bahia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ANJOS, E. et al. Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, RS, v. 7, n. 14, p. 89-101, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2359043241123>.
- ANJOS, E. et al. As demandas das associações comunitárias que contribuem para o desenvolvimento rural. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 15, n. 2, p. 59-76, jul./dez. 2018, p. 59-76**. DOI: <https://doi.org/10.26767/coloquio.v15i2.799>.
- AZEVEDO, P. F; FAULIN, E. J. Comercialização na agricultura familiar. *In*: SOUZA FILHO, H. M; BATALHA, M. O (org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 229-249.
- BARRAL, S. et al. Contribuer aux dynamiques territoriales. *In*: SOURISSEAU, Jean-Michel (Ed.). **Agricultures familiales et mondes à venir**. France: Éditions Quae, 2014. p. 111-128
- BATALHA, M. O; BUAINAIN, A. M; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. *In*: SOUZA FILHO, H. M; BATALHA, M. O (org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, p. 43-65, 2009.
- BRASIL. **Decreto no 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em 01 maio 2021.

COUTO FILHO, V. A. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DELGROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no censo agropecuário 2017, visando a inclusão de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília, abr. 2019. Disponível em: [https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20\(IBGE\)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf](https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20(IBGE)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf). Acesso em 01 maio 2021.

FORTINI, R.M. **Um novo retrato da Agricultura Familiar do Semiárido Nordestino Brasileiro: a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017**. Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2020.

GAIGER, L. I.; ANJOS, E. Economía solidaria en Brasil: la actualidad de las cooperativas para la emancipación histórica de los trabajadores. *In: HARNECKER, C. P. (Org.). Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba*, Editorial Caminos, 2011, p. 245-271.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, São Paulo, v. 46, n. 02, p. 481-515, abr./jun. 2008.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. D.; BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar no Brasil: evolução entre os censos agropecuários de 1996 e 2006**. *In: MATTOS, L.; TEIXEIRA, E.; FONTES, R. M. (Orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento*. Uberlândia - MG: UFU, 2011, p. 329-374.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, VITAL, M. F. Evolução da agricultura familiar nordestina: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 80-91, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro, 2018. 108p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73093> . Acesso em: 01 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 02 nov. 2020.

LEITE, S. P (coord.). **Inclusão socioeconômica e desenvolvimento rural na Bahia: uma análise das políticas públicas**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006.

LOURENZANI, W. L; SOUZA FILHO, H. M. Gestão integrada para a agricultura familiar. *In: SOUZA FILHO, H. M; BATALHA, M. O (org.). Gestão integrada da agricultura familiar*. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 67-93.

PESSOTI, F. C. C. L.; PESSOTI, G. C. Panorama econômico da Bahia no século XXI. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, p. 385-408, 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_24.pdf/648d12c9-650c-4cf0-effb-d13f21da463d. Acesso em: 18 abr. 2021.

PINHO, D. B. O. **Cooperativismo no “Brasil Desenvolvido” e no “Brasil Subdesenvolvido”**. São Paulo: USP, 2004.

PIRES, M. L. L. S. **O cooperativismo em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste do Quebec**. Recife: Editora Massangna, 2004.

PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-31.

PIRES, M. L. et al. Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: CONSENSOS E CONTROVÉRSIAS, 14, 2009. **Anais...** Rio de Janeiro, jul. 2009.

ROCHA, A. G. P. et al. A agropecuária baiana: principais fatos do período 1975-2000. *In*: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais**. Salvador: SEI, (Série Estudos e Pesquisas, 58), 2002, p. 111-116.

ROCHA, A.G. P.; PEREIRA, D. S.; PEREIRA, E. G. Redes locais de produção e agricultura familiar: o potencial dos mercados alternativos. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII - RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 13, Salvador. **Anais...** Salvador: SEI, 2014.

ROCHA, A. G. P; OLALDE, A. R. Reflexões sobre a política de desenvolvimento territorial no estado da Bahia. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER Nordeste, 7. **Anais...** Ilhéus: SOBER, 2012.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Orgs.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

SILVA, E. M.; REIS, L. L. M.; COUTO, V. A. Agricultura familiar na Bahia: uma análise dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Rev. Econ. Nordeste**, Fortaleza, v.51, p. 211-226, agosto, 2020. Disponível em https://www.bnb.gov.br/documents/80223/8054629/J_1268.pdf/42a83549-1884-bb57-18a9-8a8320e9441d. Acesso em: 29 jan. 2021.

SOARES, Luis A. S.; PIRES, Maria, L. I. S. Análise dos processos de crise nas cooperativas agrícolas do Nordeste do Brasil. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 1, n. 12, p. 83-110, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/228884711.pdf>. Acesso em 13 de abr. 2021.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.